

PARECER JURÍDICO

À SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS

PARECER:	814/2021/MTFC/PGM
PROCESSO:	49.849/2021
ABERTURA:	23/11/2021
INTERESSADO:	SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E LICITAÇÕES
ASSUNTO:	QUESTIONAMENTOS AO EDITAL PE 052/2021
SOLICITANTE:	FINTEL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ 07.987.863/0001-43

Trata-se de solicitação, encaminhada a esta Procuradoria, na data de 23/11/2021, em que os itens questionados foram enfrentados pela Comissão de Licitações, juntamente com a área técnica da PMRG..

A Empresa **FINTEL SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.987.863/0001-43, com sede na Rua Balduino Taques, 159, Estrela, Ponta Grossa/PR, representada por seu sócio administrador, Maurício Lopes, brasileiro, empresário, inscrito no CPF 603.968.659-68, apresentou pedido de esclarecimentos ao Edital de Pregão Eletrônico 052/2021.

O Edital do Pregão Eletrônico 052/2021, tem como objeto: a contratação de empresa especializada (as) em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão pública integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuário, nas áreas de Saúde e Administração Geral, discriminados no Termo de Referência.

AOS QUESTIONAMENTOS DA EMPRESA SOLICITANTE:

1) *“Considerando a complexidade da contratação, e de que, em versão anteriormente publicada deste mesmo edital existia a possibilidade de empresas em consórcio participarem do certame, por que foi vedada a participação de empresas reunidas em consórcio?”*

RESPOSTA: De modo diferente ao pontuado no questionamento, a complexidade do objeto não predispõe a necessária contratação na forma consorcial. Pelo contrário, a busca por uma gestão do contrato de forma unificada representa melhor controle dessa administração. Some-se ainda o caráter sensível com relação ao tratamento dos dados, mormente os da área da Saúde, como por exemplo, os prontuários de pacientes que estão protegidos pelo sigilo, os quais estarão sob responsabilidade de um único contratado.

Ademais a expressão: “quando permitida na licitação a participação de empresas em consórcio”, presente no art. 33 da Lei 8.666/93, agasalha a discricionariedade da Administração à possibilidade de permitir ou não. Portanto, mantém-se o impedimento para contratação na forma de consórcio.

2) No termo de referência no Item “3.10.12 - Para o bom andamento dos trabalhos de avaliação, bem como resguardo de direitos do particular quanto à propriedade intelectual protegidos por Lei, só será permitida a participação de no máximo um representante das demais licitantes por sala de apresentação, sendo-lhe vedado a manifestação, resguardado o direito de tomar apontamentos por escrito. A expressão “só será permitida a participação de no máximo um representante das demais licitantes por sala de apresentação” indica que pode haver apresentação de módulos em simultâneo?

RESPOSTA: Havendo viabilidade, poderá ocorrer a apresentação de forma simultânea.

3) No termo de referência no Item 3.10.29 Será aprovada na prova de conceito a solução ofertada que executar todas as operações da tabela abaixo e tiver consumo de dados abaixo dos parâmetros máximos estabelecidos. Na tabela proposta para o teste apresenta-se apenas a Funcionalidade e o Consumo Máximo. Tal informação é insuficiente para o preparo do teste. Qual a quantidade de registros a serem retornados e quais os dados devem ser apresentados pelo sistema?

RESPOSTA: A respectiva tabela (item 3.10.30) é clara quanto aos consumos máximos aceitáveis para execução das funcionalidades e a leitura atenta dos itens 3.10.25 a 3.10.28, responde ao questionamento em tela.

4) No anexo I a – METODOLOGIA DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, os cenários com os itens a serem avaliados são detalhados, onde são determinados os passos a serem seguidos pelo apresentador/demonstrador. O detalhamento existente no Item I a não existe no Item I b (METODOLOGIA DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA DO LOTE II – SISTEMA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL. Qual será o cenário de testes para a avaliação do Item I b?

RESPOSTA: Perda do objeto do referido questionamento em função da retirada do respectivo anexo.

5) No ANEXO I a – METODOLOGIA DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Os cenários de teste são compostos pelas informações de objetivo e passos (Nr, Descrição, Resultado Esperado, Av.). Conforme item 7 do quadro ‘Da Prova de Conceito’ o apresentador/demonstrador deve se restringir apenas a apresentar os itens descritos nos passos (7.b). No entanto, em muitos cenários de teste o escopo descrito no ‘objetivo’ extrapola os testes descritos nos passos. Exemplo: CT16 – Avaliar os recursos de Assinatura Digital do sistema – O texto de objetivo contém: “Permitir que o usuário crie um certificado digital auto-assinado, para uso em assinaturas digitais do tipo “Avançada”, conforme Lei 14.063/2020. Este tipo de certificado deverá ser utilizado apenas pelo usuário sendo intransferível”. Em nenhum dos passos é solicitado a

comprovação de atendimento da descrição acima. Este item pode ser exigido pela comissão avaliadora? Haverá avaliação do que se consta como objetivos?

RESPOSTA: Perda do objeto do referido questionamento em função da retirada do respectivo anexo.

6) No ANEXO I a – METODOLOGIA DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. O cenário de teste: CT1 - Avaliar o uso de um domínio ou sub-domínio exclusivo para a entidade, navegação por HTTPS e login único Gov.Br. Passo 3: “Na mesma URL dos passos 1 e 2, deverá constar o protocolo HTTPS, ficando evidente no navegador que o certificado é válido e reconhecido para aquele domínio, sendo o mesmo emitido por uma autoridade certificadora competente e não auto assinado”. Já no Termo de referência, Item 4.e, observamos: “Deverá possuir serviço de validação indicando que o domínio possui um certificado digital SSL, garantindo que o software é AUTÊNTICO e que as informações são CRIPTOGRAFADAS. Essa validação deverá ser realizada periodicamente e emitida por empresa terceirizada especializada em segurança, a cargo da CONTRATADA”. No termo de referência não há qualquer citação da impossibilidade de uso de certificado auto-assinado. Já na prova de conceito é vedado o uso do certificado auto-assinado. Qual o critério de avaliação a ser adotado? Deve-se seguir o Termo de referência ou a prova de conceito?

RESPOSTA: Perda do objeto do referido questionamento em função da retirada do respectivo anexo.

7) No ANEXO I a – METODOLOGIA DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. O cenário de Teste: CT2 - Avaliar o cadastro de uma pessoa ao sistema, que será utilizada posteriormente na execução de outros cenários de teste. Passo 5: “Relacionar a essa pessoa uma foto 3x4 dela, obtendo por meio de uma câmera, permanecendo posteriormente como um arquivo anexado a pessoa.” No Termo de referência do lote 1 Sistema Integrado Multientidade de Gestão Administrativa” não existe descrição do que é solicitado no passo 5 do cenário CT2. Como proceder? O passo 5 do cenário CT2 será avaliado?

RESPOSTA: Perda do objeto do referido questionamento em função da retirada do respectivo anexo.

8) No ANEXO I a – METODOLOGIA DA PROVA DE CONCEITO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. O cenário de Teste: CT7 - Avaliar o tipo de tráfego de dados realizado entre a camada front-end do sistema e o back-end, para determinar se existe separação de camadas, observando o formato de dados trafegado. Passo 1: “Estando com um usuário logado/conectado no sistema, abrir o programa de consulta ao Cadastro de Pessoas.” Passo 4: No depurador, guia “Network” encontrar a requisição que retornou os dados da pessoa e selecionar, visualizando os dados de “Response”. Os dados devem estar no formato JSON ou XML, conforme validação realizada. Já no termo de referência no seu item 10 b: “O Tráfego de dados entre o cliente e o servidor, deverá ser o mínimo possível para execução das atividades do usuário, necessário para que consuma menos link de internet possível, procurando transferir na maior parte dos casos apenas conteúdo no formato JSON, para interpretação e apresentação da camada Front-End;” O termo de referência deixa claro que “na maior parte dos casos” deve ser utilizado o formato JSON, logo o passo 1 impõe que seja o

formato JSON no cadastro de pessoas. Não sendo obrigatório utilizar o formato JSON, por que se exigir que a tabela de pessoas seja obrigatoriamente neste formato? O Formato XML não é mencionado no Termo de referência. Pode-se utilizar este formato?

RESPOSTA: Perda do objeto do referido questionamento em função da retirada do respectivo anexo.

9) No Anexo I – Termo de Referência: Item 2.1.3 A proponente deverá prever as necessidades de capacidade de processamento, tráfego de dados, armazenamento e estabilidades relacionadas ao provimento de data center para atendimento das necessidades da Contratante. A previsão e o atendimento das necessidades para funcionamento inicial pleno do sistema cotado são de responsabilidade da proponente. Para calcular as necessidades de infraestrutura e prever as capacidades necessárias para processamento, bem como sua precificação, qual a quantidade de usuários simultâneos utilizando os sistemas?

RESPOSTA: Para as definições de parâmetros foram tomadas as condições atuais; buscas de informações junto a área técnica e junto ao próprio mercado.

10) No Anexo I – Termo de Referência: Item 2.1.4 O sistema deverá ser condizente com a atual disponibilidade de link contratada pela administração. Caso após implantado, o sistema não opere satisfatoriamente com o volume de dados e operações atuais em uso, o fornecedor deverá indenizar a administração pública pelos custos de aumento de link necessário para que sua solução opere sem que atendentes e contribuintes tenham que esperar longos períodos para realização das atividades e prestação de serviços administrativos e de atendimento, ou arcar com a rescisão contratual e penalidades previstas no Edital. Considerando que a responsabilidade sobre o tráfego de dados é da proponente, como a CONTRATADA poderá assegurar a disponibilidade dos sistemas se o link é disponibilizado pela CONTRATANTE? Quais os critérios para se definir o que é uma “Operação Satisfatória/Insatisfatória”?

RESPOSTA: O edital é claro ao definir que o sistema deverá operar com a capacidade de link utilizada atualmente por essa administração. O que se busca é evitar aumento de custos inerentes a uma possível necessidade de aumento na respectiva capacidade. O que importaria em aumento de custos para essa administração.

As dificuldades de velocidade com relação ao link contratado se torna evidente caso a contratada não esteja operando nem de acordo com a capacidade atual.

11) No Anexo I – Termo de Referência: Item 3.10.22 O sistema deverá ser condizente com a atual disponibilidade de link contratada pela administração. Caso após implantado, o sistema não opere satisfatoriamente com o volume de dados e operações atuais em uso, o fornecedor deverá indenizar a administração pública pelos custos de aumento de link necessário para que sua solução opere sem que atendentes e contribuintes tenham que esperar longos períodos para realização das atividades e prestação de serviços administrativos e de atendimento, ou arcar com a rescisão contratual e penalidades previstas no Edital. PARA ESTA AFERIÇÃO SERÁ DISPONIBILIZADA INTERNET

BANDA LARGA COM VELOCIDADE MÁXIMA DE 8 Mb. O ambiente de produção utilizará um link de 8Mb disponibilizado pela Contratante ou esta limitação será apenas no momento da aferição?

RESPOSTA: O item 3.10.22 é claro quanto a velocidade máxima de 8Mb, independente do momento.

12) 1. DO OBJETO Contratação de empresas especializadas em softwares de plataforma web para fornecimento de sistemas de gestão públicas integradas, no modo de licenças de uso, sem limite de usuários, nas áreas de Saúde e Administração Geral. Inclui ainda serviços complementares para migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem de cada solução em data center e todas as demais condições constantes deste Termo de Referência para funcionamento dos sistemas locados. Como é do conhecimento geral, o Município do Rio Grande possui estrutura com ampla capacidade de processamento e de armazenamento de dados. Muito embora os softwares são de propriedade intelectual do eventual fornecedor, nada impede que seus sistemas sejam armazenados em servidores do Município. Assim sendo, por qual motivo não utilizar o data center do Município evitando custos com locação daquilo que se já possui?

RESPOSTA: Apesar de toda a justificativa inserida no Ato Convocatório para contratação de fornecedora para prestação de serviços com fornecimento também dos serviços de processamento e armazenamento por intermédio de datacenter, diante do presente questionamento, torna necessário repisar de que, esta Administração busca minimizar os custos de manutenção com hardware e software próprios para execução dos serviços de armazenamento e processamento mantidos em sua estrutura.

DIANTE DO EXPOSTO, a manifestação para a Comissão de Licitações, é no sentido de que os questionamentos foram devidamente respondidos à Empresa, pela área técnica e jurídica da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

É o PARECER, salvo melhor juízo.

Cidade Histórica do Rio Grande/RS, 25 de novembro de 2021.

MARIA TERESA FERNANDES CORRÊA
PROCURADORA ADJUNTA - OAB/RS 63.311

À aprovação do Sr. Procurador Geral do Município, conforme disposto no art. 4º, *caput* do Decreto Municipal 15.621/2018, que aprovou o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município do Rio Grande.